

Projeto Político-Pedagógico 2016/17

DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL À 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

O que pensamos sobre a realidade e o papel da escola?

Quais são nossos valores e objetivos?

Que expectativa você deve ter quanto a este colégio?

O que você vai encontrar aqui?

Um Projeto Político Pedagógico funciona como uma declaração de princípios, um conjunto de ideias que situam uma escola em seu contexto. Em outras palavras, trata-se de uma tentativa de responder a uma pergunta essencial de pais, alunos, professores, colaboradores e toda a comunidade: afinal, qual é a proposta deste colégio, que o assemelha e/ou diferencia de outras instituições?

Para responder a esta pergunta, o PPP procura explicitar alguns conteúdos, a saber:

- nossa visão sobre o que está acontecendo no mundo e no Brasil de hoje;
- o papel que imaginamos essencial e prioritário para a educação básica;
- os objetivos que pretendemos atingir para exercer esse papel;
- as ideias que se desdobram dos nossos objetivos;
- as ferramentas que desenvolvemos para concretizar essas ideias;
- os aspectos práticos que julgamos importantes para permitir que as ferramentas funcionem.

Perceba que não é sem motivo que utilizamos a 1ª pessoa do plural nos itens acima. De um lado, o plural sugere os debates e o processo coletivo de construção do PPP. De outro, a 1ª pessoa indica que nosso projeto não é uma verdade única sobre como um colégio deve ser. Acreditamos na nossa visão e só estamos satisfeitos em concretizar este colégio por termos essa convicção. Mas temos plena consciência de que nossas respostas não são as únicas possíveis, daí a existência de tantas escolas e projetos pedagógicos.

Nessa perspectiva, imaginamos que a leitura deste projeto pode ser um bom caminho para pais, alunos, professores e colaboradores decidirem se estão ou não alinhados com algumas premissas importantes. Obviamente, isso não quer dizer que se deva concordar com tudo, em todos os detalhes. Afinal, como veremos mais adiante, um dos nossos valores é justamente o do desejo de melhorar sempre. Ainda assim, parece-nos razoável afirmar que existem, sim, linhas mestras que ajudam a identificar sintonias.

Como interpretamos a realidade à nossa volta?

Cultura e Comportamento

Sob essa ótica, a passagem do século XX ao XXI consolidou algumas tendências. No mundo Ocidental, tem ocorrido uma espécie de perda de referências morais tradicionais (família, escola, Igreja, Estado), estabelecendo-se uma oportunidade e um risco representados pelo aumento das liberdades (de comportamento, de pensamento e de expressão). Simultaneamente, o encurtamento das fronteiras espaço-temporais, facilitado por tecnologias de comunicação, aproxima culturas e reforça dois movimentos aparentemente contraditórios: de um lado, a hegemonia de valores e práticas culturais de países centrais na economia e na política; de outro, a possibilidade de acesso a realidades culturais tradicionalmente excluídas.

Nesse contexto, crescem simultaneamente duas posturas: a intolerância e o desejo de convívio com o “outro”. Em parte, apesar do que se propaga sobre os valores da comunicação em rede – sobretudo a democratização da informação (entendida como poder do indivíduo) –, a verdade é que predomina o uso das tecnologias para o entretenimento e a sociabilização, principalmente entre os mais jovens. Assim, apesar de haver quem se utilize da comunicação em rede para ampliar as próprias fronteiras de conhecimento (ideias, manifestações artísticas, hábitos), registra-se o predomínio de uma certa fragmentação de conteúdos, assimilados às pressas e sem contextualização suficiente. Da mesma forma, nossa sensorialidade tem sido alterada, com consequências visíveis: falta de concentração, impaciência, necessidade de contato virtual, superficialidade. Não é sem motivo que a própria produção cultural contemporânea passa a trocar, com frequência, o “profundo” pelo “raso”. De certa forma, obras superficiais espelham relações humanas igualmente superficiais, a exemplo das múltiplas “amizades” cultivadas em redes sociais.

Essa mesma tendência de hibridização e de fragmentação se manifesta nas instituições tradicionais, especialmente na família, que se rearranja em múltiplos formatos, alguns dos quais passam a demandar reconhecimento oficial e procuram por uma espécie de estabilidade perdida. Para os filhos, principalmente, essa liberdade de configuração das famílias não é assimilada com facilidade, uma vez que as figuras de autoridade frequentemente se diluem, dando ideia de fragilidade e criando um ambiente propício à liberdade sem limites. Em outro polo, uma consequência do aumento da informação compartilhada tem sido a vigência de valores e comportamentos que apontam para o desejo de qualidade de vida: alimentação balanceada, atividade física regular, redução do consumo de tabaco exemplificam essa nova preocupação, muitas vezes convergente com o desejo de alcançar certos padrões estéticos considerados como referência de beleza. Ainda no âmbito da maior informatividade da sociedade contemporânea, pode-se perceber que os cuidados com a saúde expandem-se para além das fronteiras do indivíduo,

atingindo o meio ambiente. De fato, há uma difusão considerável do conceito de sustentabilidade, levando muitas pessoas a demandar práticas e discursos ecologicamente corretos, seja por parte de empresas e governos, seja no contexto das próprias famílias. Ao que tudo indica, a preocupação ambiental se tornou, ainda que às vezes sob a forma de modismo para certos grupos, uma tendência irreversível em termos de projetos coletivos e comportamentos individuais.

Questões Sociais

No que tange aos aspectos socioeconômicos, deve-se registrar, de saída, que parte da realidade acima descrita ainda é limitada às classes média e alta da sociedade, seja no Brasil, seja no resto do mundo. Aqui, em particular, por algum tempo, assistiu-se à inclusão de um grupo considerável de pessoas, a repetida “ascensão da classe C”. Programas de renda mínima e o desempenho da economia brasileira à época impulsionaram a entrada de muitos indivíduos nos mercados de trabalho e de consumo. Mais recentemente, o desaquecimento econômico (com inflação e desvalorização da moeda) acabou por estabelecer um retrocesso nesse movimento de inclusão. A esse propósito, mirando-se nos exemplos visíveis das classes abastadas (sobretudo via propaganda e telenovela), a nova classe média enxerga sua inclusão principalmente pela aquisição de símbolos de consumo. Assim como sempre parece ter ocorrido com as elites do país, essas pessoas optam por “investimentos” imediatos, quase sempre divorciados da sustentabilidade futura (poupança, cultura, educação). Essa escolha sugere que a inclusão social depende do desempenho econômico momentâneo; a qualquer abalo súbito, está havendo perda de empregos e renda. Isso se torna problemático se considerarmos que há enorme demanda por qualificação profissional sólida.

Em paralelo a essa ascensão social, permanecem situações de exclusão importantes, algumas marcadas por discursos e atitudes de intolerância. Afro-brasileiros, pessoas com deficiência, indivíduos da comunidade LGBT, nordestinos, mulheres – todos esses grupos sofrem certa vulnerabilidade social, mas ao menos têm encontrado meios para expressar essa desvantagem e demandar mudanças. Essas lutas são favorecidas pela existência de ações da sociedade civil (ONGs) e medidas do próprio Poder Público, que cresceram muito desde o final do século passado. No entanto, o sistema educacional ainda é insuficiente no sentido de cumprir, satisfatoriamente, as funções que a sociedade deveria esperar dele, sobretudo no âmbito público. Problemas de gestão, desvalorização (cultural e financeira) dos profissionais de ensino e descompromisso político são alguns dos fatores dessa realidade. Em oposição aos números (aumento expressivo da matrícula em diversos níveis), afere-se qualidade muito baixa de ensino em todo o país, com notáveis exceções.

Em suma, os avanços do país nos índices sociais – notadamente, o IDH e o Índice de Gini – ainda não parecem compatíveis com a dinamização da economia e a consolidação da democracia. De fato, estar entre as dez maiores economias do mundo não parece traduzir a 75ª posição no IDH (dos 188 países em que a última medição foi feita) ou a 17ª posição em maior concentração de renda do mundo – embora se devam reconhecer melhorias expressivas desde os anos 90. Afinal, o Brasil já teve IDH abaixo de 0,5 e já foi a segunda maior concentração de renda do mundo, no final dos anos 80.

Plano Político

Nessa dimensão, algumas mudanças são sensíveis, embora o quadro global negativo permaneça. Desde a Constituição de 88, houve avanços na consolidação da democracia por meio de dispositivos legais: segundo turno, lei de responsabilidade fiscal, “ficha limpa” etc. Ainda que de modo tímido, a sociedade passou a ter um pouco mais de acesso à realidade política, o que foi favorecido pela atuação de ONGs e pela transparência pública, em certo sentido estimulada pela atuação da mídia. Apesar disso, permanece a impressão de que o jogo político-partidário é marcado por comportamentos eticamente equivocados: nepotismo, corrupção, tráfico de influência, abuso de poder. Quase sempre, os debates públicos mais relevantes (reforma tributária, reforma política, código florestal, entre outros) ficam distantes da sociedade e são submetidos à lógica da disputa pelo poder. Quando aparecem, como recentemente, essas discussões têm sido contaminados por posições partidárias extremadas e muitas vezes definidas *a priori*, sem suficiente abertura intelectual para o debate maduro.

A postura fisiologista do legislativo tem sido utilizada pelo poder executivo, de modo a engendrar um projeto de país muito pouco discutido com a sociedade, que envolve políticas fundadas em valores ideológicos muito bem demarcados e que não têm encontrado suficiente ou razoável oposição nos meios políticos. Dito de outro modo, os projetos de governo têm vencido sem que parte importante da intelectualidade do país seja ouvida. Nesse contexto, ainda que existam movimentos e debates de cunho essencialmente político, não é difícil reconhecer certo descrédito por parte da sociedade quanto às formas tradicionais de participação (voto, partidos, autoridades constituídas). Em contrapartida, se o excesso de denúncia de abusos paralisa muitos, não é equivocado dizer que o oposto também passa a ocorrer: pessoas que se tornam menos tolerantes com abusos de autoridade e passam a exigir mudanças.

Nos últimos dois anos, pelo menos, acentuou-se a crise de representatividade já pressentida nas jornadas de julho de 2013. Os desdobramentos das operações de investigação e combate corrupção – com muitos acertos e alguns excessos – exacerbou algumas polaridades, tornando difícil a construção de consensos ou de soluções negociadas. A exigência pela “tomada de posição” diante do recente processo de impeachment, em particular, estabeleceu uma perigosa dicotomia (“nós” x “eles”), desafiando a razoabilidade e o pensamento analítico mais ponderado, a que nos afiliamos.

Ideologia, Valores e Ética

Registra-se, em boa parte do mundo democrático ocidental, uma crise de representação política, em que os perfis ideológicos perderam sua força distintiva. Em alguns países, discussões de cunho socioeconômico ainda mantêm uma mínima diferenciação entre partidos e propostas, mas mesmo nessas nações os casos de corrupção e desmandos no poder – cada vez mais evidentes, pela expansão das tecnologias de comunicação – criam um panorama de certa descrença nas formas tradicionais de exercício da política. No Brasil, essa realidade parece ainda mais intensa, por dois fatores. Primeiramente, mantém-se a tradição de uma política bastante reduzida aos jogos de disputa pelo poder, com significativo distanciamento da sociedade e suas demandas. Além disso, os baixos índices de escolaridade do país dificultam a assimilação crítica das informações recebidas e mais ainda a reflexão político-ideológica. Essa última dificuldade, a propósito, parece se manter também no âmbito de pessoas com educação básica de alto nível, talvez por certa rejeição ao enfrentamento intelectual da complexidade, sem a exploração de premissas e evidências, o que dá lugar a muitas simplificações.

De maneira geral, percebe-se certa inconsistência ideológica na população brasileira quando se observa o personalismo ou o imediatismo das escolhas eleitorais. Isso se soma a uma visão, também muito difundida, de que política é uma atividade intrinsecamente corrompida e inútil. Essa reatividade tem levado a dois comportamentos: afastamento e indignação ativa. Sem dúvida, em paralelo ao silêncio de muitos, manifestações sociais têm ocupado um espaço político importante, com causas que vão desde questões muito específicas até cobranças genéricas.

Em certa medida, o fato de as ideologias tradicionais estarem sob questionamento não significa que as pessoas simplesmente não acreditem em certas ideias. De fato, diante da realidade, na vida acadêmica, no exercício da cidadania ou na vida profissional, a neutralidade ideológica é um mito. Nesse sentido, quanto mais as pessoas sejam capazes de interpretar o mundo e investigar as premissas que sustentam certas visões, mais livres e consistentes serão suas escolhas e seus valores. Na nossa percepção, esse senso crítico (e muitas vezes autocrítico) não suficientemente cultivado em nossa sociedade, sendo muitas vezes confundido com a oposição a qualquer coisa. É comum encontrar, por exemplo, indivíduos que defendem a regulação severa do Estado sobre certa tendência, mas condenem esse mesmo princípio em outra circunstância, sem enxergar ou relativizar a possível contradição aí existente. A nosso ver, a autonomia intelectual e ideológica advém do entendimento das virtudes e limitações das ideias e visões, em relação às quais cada um deve fazer suas escolhas.

Ao mesmo tempo – e talvez pela mesma razão de fragilidade educacional –, exemplos de comportamentos antiéticos não faltam. Entendendo ética dentro de uma perspectiva muito simples e eficaz (fazer com o outro o que gostaríamos que fizessem conosco; não fazer com o outro o que não gostaríamos que fizessem conosco), observa-se que o modelo de valor descrito por Sérgio Buarque de Holanda – a cordialidade, entendida como tendência a seguir a lógica da emoção e das relações familiares acima das regras “frias” da lei – continua se perpetuando no “jeitinho” individualista. Furar a fila do cinema, parar o carro em fila dupla, cobrar a mais de um cliente, colar em uma prova – posturas como essas não são raras entre nós e muitas vezes são assimiladas como naturais ou inofensivas. Com essa espécie de “flexibilidade moral”, muitos praticam atos que condenam no outro, inclusive os políticos escolhidos para cargos públicos.

Ainda nessa dimensão de valores culturais, é notável a expansão – com a força dos meios de comunicação (em narrativas de ficção ou na propaganda) – de valores hedonistas e felicidade “corpórea”. A ideia de “dever” se torna uma espécie de obstáculo inaceitável à procura de prazer instantâneo, muitas vezes identificado como fonte de felicidade e associado ao consumo de bens materiais. Ainda que se possa entender que há um prazer em “curtir a vida” ou em comprar algo desejado, há pouca reflexão no sentido de que essas atividades não preenchem carências afetivas ou existenciais mais agudas. E se o prazer é uma exigência de cada instante, a procura por atalhos confortáveis se torna frequente, como se objetivos grandiosos pudessem dispensar o esforço e a disciplina. A própria escola se torna refém dessa busca pragmática por caminhos imediatistas, com preferência pelo “diploma de marca”, em detrimento de conteúdos, valores e disciplina de estudo.

Economia

No âmbito econômico, no início do século, com altos e baixos, o Brasil havia conseguido reduzir os sintomas de uma enorme instabilidade histórica: inflação muito alta, juros da dívida externa, desvalorização da moeda, planos radicais e incertos. O plano Real – com todos os percalços de sua execução – havia mudado uma realidade que parecia irreversível, criando perspectivas econômicas de longo prazo para o país. Com isso, estimularam-se os investimentos de longo prazo, consolidando o potencial econômico que o Brasil já aparentava ter. Mesmo diante de crises internacionais, o Brasil se mostrou relativamente protegido em seus fundamentos macroeconômicos.

Mais recentemente, no entanto, ainda diante do cenário de crise internacional, o Governo Federal optou por adotar medidas paliativas para a ameaça de desaceleração econômica – tipicamente, estímulo ao consumo por incentivos fiscais – e não fez ajustes nos gastos públicos, que trariam efeitos de recessão. Com isso, assiste-se hoje ao aumento da inflação, à desvalorização da moeda e ao crescimento da dívida pública. Na base dessas decisões, encontra-se a opção pelo desenvolvimentismo (que tem efeitos sociais mais visíveis a curto prazo, garantindo adesão eleitoral ao poder vigente), em detrimento da estabilização

monetária (que poderia induzir a um cenário recessivo bastante impopular). Do nosso ponto de vista, essa escolha cria significativa vulnerabilidade econômica, cujas consequências têm se agravado nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, há obstáculos culturais e estruturais à consolidação econômica do país. Diante de um cenário de baixa qualificação e insuficiente formação administrativa, somadas às numerosas barreiras da burocracia e do sistema tributário, desestimula-se a atividade empreendedora que se pretenda consistente. Além disso, os problemas na infraestrutura do país (portos, aeroportos, rodovias, telefonia, internet) se somam à proximidade entre algumas empresas e órgãos de governo, sob a forma da corrupção, também minando a competitividade do mercado. Em síntese, os avanços econômicos – agora também sob risco – evidenciaram problemas cujo enfrentamento não tem sido levado a cabo, seja em virtude da corrupção atávica do país, seja pela própria complexidade desse desafio.

Que papel enxergamos para a educação nesse contexto?

Entendida a realidade em que se insere a instituição de ensino hoje, pode ser inspirador imaginar um ideal a ser alcançado. Entre o “hoje” problemático e o “amanhã” perfeito, há pontos possíveis no meio do caminho. Para tanto, é preciso entender que qualquer transformação na realidade pressupõe uma transformação das pessoas. Abismo social, corrupção, problemas de infraestrutura – tudo pode mudar se os indivíduos que compõem a sociedade quiserem e puderem fazê-lo. Nesse sentido, a utopia a ser proposta é justamente a de “pessoas melhores”. Esse “melhoramento” dos indivíduos pressupõe duas linhas mestras: de um lado, a capacidade intelectual efetiva e realizadora para concretizar as mudanças; de outro, os valores éticos, que servem de norte a qualquer realização concreta.

De fato, acreditamos que uma sociedade ideal é aquela em que as pessoas não têm dificuldades em realizar operações mentais básicas – compreensão e produção de textos simples; inferências indutivas; deduções lógicas; associações entre informações e ideias; discernimento e ponderação. Mais do que isso, essa sociedade demanda que uma parte de seus cidadãos seja capaz de aprofundar essa capacidade, desenvolvendo competências avançadas – que podem ser simbolizadas, por exemplo, pelo sucesso acadêmico, incluindo o desempenho em provas de vestibular ou no ENEM. Vale dizer: há uma correlação, que identificamos há bastante tempo, entre empenho e desempenho, sendo este consequência esperada daquele.

No entanto, habilidades intelectuais podem ser inócuas ou até maléficas se não estiverem acompanhadas de uma formação ética sólida. Sem dúvida, a aplicação de conhecimentos e raciocínios deve ser orientada por valores e princípios, preferencialmente desenvolvidos pela consciência reflexiva do indivíduo, sem imposição. Quando existe esse enraizamento ético – e não apenas um discurso socialmente aceitável –, os comportamentos individuais tendem a ser mais consistentes. Resumindo, acreditamos que a educação deve oferecer ferramentas intelectuais e instigar a reflexão crítica sobre valores, de modo a permitir que as pessoas se transformem. Dessa transformação individual podem advir outras transformações, ainda mais significativas.

Nesse contexto, vale fazer uma ressalva. O processo de formação do indivíduo continua contando com dois agentes principais – família e escola –, mas essas instituições perderam parte de sua importância diante da forte presença das comunicações nos lares, que reduzem a intermediação que pais e professores poderiam fazer quanto à realidade. Nesse cenário, não é difícil notar uma tendência a se exigir da escola um papel talvez excessivo para seus instrumentos. Espera-se que comportamentos e valores corretos sejam transmitidos, mas não se permite o uso de alguns recursos próprios à família, sobretudo no caso das sanções possíveis.

Acreditando que a escola não deveria mesmo usar esses recursos, explicitamos aqui que é preciso reconhecer a impotência da escola no sentido de formar plenamente uma criança ou adolescente sem uma parceria consistente com seus responsáveis. Nessa perspectiva, em vez dos atritos que podem surgir de situações críticas, preferimos acreditar no alinhamento de ações e ideias – com cada parte cumprindo sua missão específica e complementar. Dito de outro modo, acreditamos que a escola precisa ser um espaço de formação de valores, mas isso se dá no contexto da transmissão de conteúdos e sob o pressuposto de famílias atuantes e presentes na orientação dos alunos.

Para cumprir esse papel, qual é a missão específica do Colégio _A_ Z?

Se falamos acima sobre a transformação individual, então nossa missão procura traduzir essa proposta em termos acadêmicos. A frase que a sintetiza é:

Provocar a superação acadêmica.

Em primeiro lugar, destacamos o verbo escolhido. “Provocar” significa desafiar, estimular, incitar. Diferencia-se, portanto, de “garantir” ou “realizar”. Em segundo lugar, a expressão “superação acadêmica” sugere a ação de melhorar, de subir de patamar, de expandir as fronteiras. Diferencia-se de “conquista” ou “sucesso”.

O que queremos dizer com isso são duas coisas principais. Por um lado, mesmo entendendo que o estudante deve ser o agente da própria transformação, sabemos que, sobretudo no contexto atual, esse potencial precisa ser devidamente incentivado; do contrário, a inércia pode prevalecer, ainda mais com tantas demandas da vida cotidiana. Ou seja, para nós, a escola e os professores, em particular, precisam assumir o papel central de orientação dos alunos, de modo ativo e criativo.

Por outro lado, sabemos que os estudantes são indivíduos singulares, cada um com forças e fragilidades específicas. Assim, não há como garantir que todos alcançarão sempre o mesmo patamar de sucesso (por exemplo, os melhores resultados nas provas); mas é possível e desejável que cada um consiga superar uma condição inicial, chegando ao seu máximo.

E quais são os valores que sustentam essa missão?

Na verdade, há dois tipos de valores associados à nossa missão: os institucionais e os acadêmico-pedagógicos. Os primeiros são mais amplos e se referem também às ideias que devem nortear cada pessoa que vivencia o colégio, das recepcionistas aos diretores, passando por professores, coordenadores e outros colaboradores – além dos alunos, é claro. O segundo grupo diz respeito, mais especificamente, aos fundamentos que enxergamos no processo ensino-aprendizagem.

Valores Institucionais

Entre muitas éticas possíveis, definimos algumas prioridades para esta nossa declaração de princípios. Sua função é mesmo a orientação de condutas. Idealmente, todas as nossas decisões e atitudes precisam ser coerentes com essas premissas. Eis os valores e suas explicações sintéticas:

- ❑ **Excelência:** buscar constantemente o melhor desempenho, o que significa ter uma postura perfeccionista em todas as atividades.
- ❑ **Argumentatividade e Transparência:** sustentar decisões, escolhas e opiniões com argumentos lógicos, evidenciando-os às partes interessadas, de maneira transparente, convincente e responsável.
- ❑ **Inovação:** valorizar a criatividade e a flexibilidade, de modo a permitir o desenvolvimento de soluções sustentáveis em um contexto de mudanças constantes e recursos limitados.
- ❑ **Respeito e Humanismo:** fazer do compromisso social e do respeito elementos que promovam bem-estar e harmonia, norteados pelas relações entre os integrantes da comunidade_A_Z e deles com a sociedade.
- ❑ **Aprendizado Mútuo:** exercitar a construção compartilhada do saber, com estímulo ao aprendizado e à transmissão de conhecimento, valorizando a parceria e a sinergia.

Valores Acadêmico-Pedagógicos

Em sintonia com os princípios éticos acima, julgamos oportuno ampliar essa lista, enfatizando a dimensão do ensino. Nesse caso, achamos importante ressaltar que a escolha de alguns valores implica, necessariamente, a colocação de outros em segundo plano. Nessa perspectiva, a lista a seguir apresenta nossas escolhas, mas também aquilo de que abrimos mão:

- ❑ **Gosto pelo estudo e valorização do conhecimento**, em vez de mediocridade, superficialidade e busca por atalhos circunstanciais;
- ❑ **Disciplina e organização**, em vez de apenas métodos improvisados;
- ❑ **Autonomia individual e atendimento personalizado**, em vez de massificação ou diluição da responsabilidade no anonimato da coletividade;
- ❑ **Isonomia e respeito às regras**, em vez de paternalismo e flexibilização casuísta;
- ❑ **Tolerância, sensibilidade, respeito ao outro e prática do diálogo**, em vez de egoísmo, intransigência emotiva e qualquer forma de preconceito;
- ❑ **Inovação e atitude sustentável**, em vez de acomodação e pensamento imediatista;
- ❑ **Seriedade com bom humor**, em vez de sisudez.

Particularmente, consideramos oportuno destacar nosso repúdio às manifestações explícitas ou não declaradas de preconceito. Intolerância religiosa ou étnica, homofobia, transfobia, machismo e todas as outras expressões de intolerância não podem ter qualquer espaço no ambiente escolar, nem mesmo sob o perigoso pretexto de “brincadeira”.

Deve-se esclarecer que, embora pareça “completa” ou excessiva, a lista acima nega ou desconsidera outros valores, tais como a igualdade material; o conforto e a facilidade; o coletivismo em si. Explica-se: em vez de desejar que as pessoas sejam iguais,

por exemplo, espera-se que elas sejam tratadas com equidade e se diferenciem na medida de seu esforço, de modo que a contribuição de cada indivíduo somada à do outro forme um todo melhor.

Ao mesmo tempo, esclarecendo aquilo que se valoriza tanto quanto o que se desvaloriza, pratica-se a desejável transparência, argumentando em sua defesa. Outra ressalva importante é a de que tais valores não fazem sentido no plano teórico excessivamente abstrato e precisam ser definidos e ilustrados de forma precisa. Do contrário, tornam-se apenas palavras, como têm sido. Afinal, ninguém com um mínimo de bom senso admitiria ser egoísta, intolerante ou medíocre, embora as atitudes reais de muitos indivíduos traduzam exatamente isso. Dito de outro modo, a utopia não está em difundir certo conjunto de palavras e expressões; ela se encontra na expressão desses valores em comportamentos consistentes.

Como traduzimos isso tudo no ensino propriamente dito?

Como dissemos anteriormente, nossa intenção é conciliar a formação ética e cultural sólida do estudante a conhecimentos efetivos que permitam seu melhor desempenho nas provas. Para isso, não existe solução mágica e rápida, mas justamente o contrário: trilhar com consistência e perseverança os caminhos que levarão a esses dois objetivos.

Na prática, contamos com duas importantes ferramentas para a implementação de nossa missão institucional. De um lado, o ciclo PDCA, que ajuda na melhora acadêmica mais objetiva. De outro, os pilares da formação, que contribuem para a constituição integral do estudante, tanto ética, quanto científica e cultural.

Ciclo PDCA

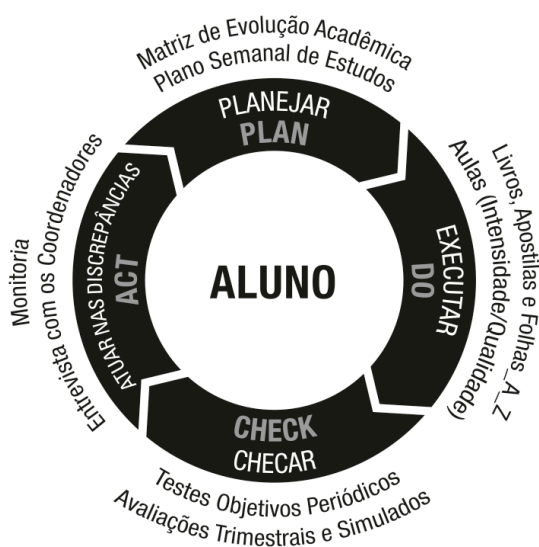
Na gestão de muitas instituições, é comum haver uma preocupação com a melhora constante. Da mesma forma, uma pessoa deve ter esse ideal em mente, sobretudo no período da vida em que se espera justamente a preparação para uma participação mais autônoma na família, no trabalho, na sociedade.

Mas como fazer para conseguir, de fato, melhorar sempre? Em resumo, refletindo sobre o que se faz e corrigindo as falhas do percurso. Essa sabedoria não é nova, mas encontra uma tradução contemporânea bastante prática. Trata-se do ciclo PDCA, sigla em inglês para quatro comportamentos sucessivos: Planejar (“Plan”), Executar (“Do”), Checar (“Check”) e Atuar Corretivamente (“Act”).

Tipicamente, no caso dos estudos, mesmo os alunos estudiosos costumam ficar presos a apenas duas dessas atividades: estudar e fazer provas. Com isso, costumam repetir erros, que vão se acumulando na vida escolar.

Nossa aposta é inserir nesse processo as etapas de planejamento e correção de rumos. À primeira, cabe a reflexão antecipada e estratégica ao estudo propriamente dito (como estudar; em que lugar; com que recursos; em qual sequência). À segunda, compete encarar o desempenho anterior e perceber o que poderia ser corrigido no próximo período, refazendo o planejamento.

Provocados a pensar e agir dessa maneira, aos poucos, os alunos do _A_Z vão desenvolvendo a consciência de que estudar de qualquer jeito não adianta, da mesma forma que é pouco útil apenas verificar a nota obtida, sem analisá-la. Nossa mensagem é a de que o erro não é um problema, desde que seja aproveitado. Se, no entanto, ele se repete, não há superação acadêmica. Na prática, esse ciclo se concretiza com uma série de elementos:



- ❑ **Planejamento:** aulas inaugurais; entrevistas de orientação de estudo com os Coordenadores ou Supervisores Acadêmicos; calendário anual detalhado; campanhas de organização dos estudos; matriz de evolução acadêmica; indicação de matérias mais relevantes para o estudo.
- ❑ **Execução:** aulas regulares e especiais; uso do material didático; exercícios em sala ou em casa (listas para correção e/ou testagem online).
- ❑ **Checamagem:** avaliações periódicas (testes, provas e simulados, sempre dependendo da série); trabalhos em grupo ou individuais.
- ❑ **Atuação Corretiva:** estatísticas de desempenho das turmas; revisão de conteúdos; “feedback” em sala sobre as avaliações; testes e folhas de exercício com questões mais erradas pelo aluno; identificação da necessidade de replanejamento; reuniões e entrevistas com os pais e/ou com os alunos.

Quando esse ciclo “gira” com mais frequência, é possível perceber a evolução acadêmica em períodos curtos, e não apenas uma única vez no ano letivo.

Pilares da Formação

Em paralelo à preocupação cotidiana com o estudo propriamente dito, acreditamos que esse processo não deva ser míope, ou seja, não deva desconsiderar a formação mais global do estudante – até porque essa é a base para que o PDCA funcione bem.

Nesse sentido, estabelecemos as características e eventos do colégio de acordo com cinco pilares da formação do aluno, que sintetizam os aprendizados fundamentais desejados:

- ❑ **Aprender a SER:** conquistar a autonomia subjetiva e agir de acordo com valores éticos conscientes e ancorados na reflexão;
- ❑ **Aprender a CONHECER:** desenvolver competências intelectuais básicas e complexas: raciocínio lógico, pensamento crítico, capacidade associativa, compreensão de cenários complexos e memória;
- ❑ **Aprender a FAZER:** colocar em prática conhecimentos adquiridos, indo além do discurso teórico e enfrentando as dificuldades concretas de qualquer realização, de modo a superá-las e atingir resultados.
- ❑ **Aprender a CONVIVER:** assimilar a necessidade de lidar com as diferenças de modo produtivo e sinérgico, e não destrutivo, exercitando a argumentação, a negociação e a compreensão.
- ❑ **Aprender a TER VISÃO SUSTENTÁVEL:** considerar sempre a necessidade de conciliar o presente ao futuro, de modo a garantir a continuidade dos recursos ambientais, financeiros e sociais.

Essa ordem não representa uma hierarquia, mas pode ajudar a perceber a coerência entre os pilares: com caráter autônomo, o aluno pode aplicar sua capacidade de conhecer à realização de tarefas com outras pessoas, sempre olhando para a sociedade como um todo.

Como afirmamos, esses pilares se traduzem em práticas e eventos do Colégio_A_Z, do contrário seriam apenas boas intenções. Alguns exemplos dessas atividades podem ser visualizados no quadro a seguir:

Aprender a SER	Aprender a CONHECER	Aprender a CONVIVER	Aprender a FAZER	Ter VISÃO SUSTENTÁVEL
Participação em campanhas solidárias	Aulas Regulares Fortes + Reforço + Interdisciplinaridade	Convênios com ASBEPE e Associação VENCER*	Grêmios Interdisciplinares	
CineClube_A_Z / Cine_Debate	Avaliações individuais	Clube de Debates	Prêmio Iniciativa Transformar	Informes sobre consumo consciente (nutrição, vestuário etc.)
Valorização da formação humanista nas disciplinas Artes e Cultura, Filosofia e Sociologia		Eleições para representante de turma	Trabalhos em vídeo ou com construção de modelos e maquetes	Caminhada Pedagógica
Concurso Literário e de Ilustrações	Folha_A_Z com resoluções em vídeo	Avaliação de Professores	Vídeos sobre como estudar	
	Passeios e viagens com fins pedagógicos	Torneio de Futebol	Colaboração na montagem da Festa Junina	
	Simul_A_Z (simulação da ONU)	Olimpíada Esportiva	Talentos de A a Z	
Disciplinas Eletivas (Moda / Oficina de Vídeo / Dinâmica Interpessoal / Ativismo e Cidadania / Escrita literária / Educação Financeira / Técnicas de Argumentação, Convencimento e Persuasão / Criatividade e Solução de Problemas / Técnicas de Apresentação Públicas) **				

* ASBEPE: Associação Beneficente Projeto Elikya (asbepe.com.br)

Associação VENCER: <http://www.associacaovencer.org/>

** Essas disciplinas não fazem parte da carga regular, representando cobrança extra. A lista de disciplinas ofertadas pode sofrer alterações.

O que você vai encontrar no dia a dia do A_Z?

Um projeto político-pedagógico apresenta ideias que sugerem o perfil de uma escola. Por isso, seu perfil tende a ser abstrato e teórico. No entanto, acreditamos ser proveitoso traduzir nossa visão global e os valores em que acreditamos em algumas características mais específicas do Colégio A_Z.

Profundidade do Conteúdo

Se apostamos na excelência, na meritocracia e no valor do conhecimento, os currículos e aulas precisam refletir essas preocupações. É por esse motivo que a orientação dada a coordenadores e professores se dá no sentido de privilegiar o aprofundamento e a amplitude dos conteúdos ensinados. Aulas, materiais didáticos e avaliações enfocam essas especificidades acadêmicas, na forma de desafio ao aprendizado.

Didática

A origem do Colégio A_Z é do ensino para as provas de vestibular mais concorridas. Adaptada às circunstâncias das diferentes séries e ao objetivo de formação mais ampla do aluno, essa experiência costuma estar associada tanto à profundidade acima descrita quanto à necessidade de desenvolver táticas pedagógicas eficazes. De modo geral, as práticas de treinamento e desenvolvimento de professores envolvem menos teorização pedagógica – aspecto já bastante valorizado no âmbito da universidade – e privilegiam a parte prática: linguagem, quadro, movimentação em sala, contextualização dos conteúdos, recursos tecnológicos, estratégias de envolvimento, condução da participação. A ideia é tentar compensar a eventual dificuldade do aluno diante de conteúdos complexos com o compromisso em atingir um entendimento efetivo durante a aula, por intermédio de uma boa relação entre educandos e educadores.

Planejamento e Coerência Acadêmica

Na gestão escolar, as múltiplas demandas e circunstâncias que delineiam o cotidiano da escola podem criar alguns pontos de conflito. Datas de prova que coincidem, professores que pedem trabalhos em período inadequado, incoerência entre o que foi visto em sala e as provas, sobra ou falta de tempo na condução da matéria são exemplos desses possíveis problemas. Faz-se necessário assumir a perspectiva dos alunos e suas famílias e – sem deixar de lado os compromissos acadêmicos –, organizar e planejar as atividades com antecipação. A intenção é que a rotina de estudo sugerida aos alunos conte com uma estrutura de funcionamento organizada. Isso inclui algumas práticas escolares: programação anual detalhada das disciplinas (ou seja, a determinação prévia de conteúdos, atividades e recursos de cada aula); correspondência entre exercícios e conteúdos; alinhamento entre o grau de dificuldade das avaliações e o das questões trabalhadas na aula; estudos estatístico do desempenho dos alunos; reuniões coletivas ou individuais a cada ciclo para apresentar “feedbacks”, discutir caminhos e definir soluções.

Ambiente Acolhedor e Suporte ao Aluno

Sabemos que é comum ao adolescente uma certa sensação de não pertencimento ou de inadequação, tanto quanto o aprendizado difícil das relações sociais. Essas circunstâncias, colocadas na perspectiva da missão institucional, sugerem a importância de criar um ambiente de acolhimento e instrumentos de atuação personalizada. Recepcionistas, Inspetores, Supervisores, Coordenadores Acadêmicos e Professores são orientados a agir de acordo com essa perspectiva, procurando reconhecer cada aluno, suas demandas e fragilidades. Essa postura de afetividade – que não deve se confundir com paternalismo excessivo ou uma inviável personalização – constitui uma premissa para atingir a comunicação efetiva com os adolescentes. Assim, essa personalização não significa desconsideração de erros graves. Na verdade, ela pode ajudar justamente a sensibilizar o estudante no sentido de refletir sobre seus eventuais erros.

Disciplina e Postura

O ambiente escolar, embora vise ao acolhimento, não pode ser complacente com comportamentos que coloquem em xeque os desafios acadêmicos. Nesse sentido, durante aulas e avaliações, exige-se dos alunos uma postura compatível com a série e com esse objetivo de aprendizado. Por essa razão, o Colégio tem horários rígidos e inadmissibilidade de alguns comportamentos em sala. Tipicamente, o uso de dispositivos móveis, a conversa despropositada e recorrente, a brincadeira descontextualizada ou agressiva e a desatenção extrema são desincentivadas e podem levar a algum tipo de punição, dentro dos limites do regimento.

O que você NÃO deve esperar do Colégio_A_Z?

Achamos importante, ao lado das qualidades e características do Colégio, explicitar os aspectos que não são pontos fortes ou objetivos do nosso projeto.

Em primeiro lugar, devemos ser transparentes quanto ao espaço físico do _A_Z. Como se poderá notar em uma visita, também somos reféns da alta de preços no mercado imobiliário e da escassez de imóveis adequados. Sendo uma instituição nova, sem financiamento externo, optamos por não onerar excessivamente os responsáveis no sentido do custo, em contrapartida a um espaço maior. De nossa parte, há duas compensações. Primeiramente, procuramos fazer o melhor uso possível dos metros quadrados disponíveis, criando um ambiente que seja agradável também do ponto de vista arquitetônico. Além disso, acreditamos que a escola não deve fechar suas portas à cidade e, por isso, entendemos que parte do processo ensino-aprendizagem deva ocorrer fora dos muros físicos, ainda mais no caso do Rio de Janeiro, cidade com múltiplas ofertas culturais.

Em segundo lugar, não nos propomos a ocupar um espaço de destaque no ensino bilíngue. Essa é uma opção que acreditamos fazer sentido para algumas famílias, sem dúvida, mas que costuma conflitar – sobretudo no Ensino Médio – com a preparação para as provas de vestibular e para o ENEM. Ao mesmo tempo, observamos que nosso público costuma complementar esse aprendizado com algum dos cursos externos à disposição, cuja expertise é de reconhecida qualidade.

Quem é o aluno do _A_Z?

Pelo que vimos ao longo deste PPP, o Colégio_A_Z apresenta seu lugar no panorama da educação contemporânea, a partir de alguns valores e premissas pedagógicas. Em outras palavras, isso significa que ele nos parece adequado a certa parcela da sociedade. Além dos recortes geográfico e socioeconômico, achamos importante ressaltar o perfil de nosso aluno típico, ou seja, aquele adolescente que mais vai contribuir com a escola e dela se beneficiar.

Do ponto de vista acadêmico, não há uma pré-seleção excludente dos alunos com melhor desempenho no teste de seleção. Acreditamos que as inteligências (lógica, argumentativa, emocional, linguística, comunicacional) e as referências prévias dos estudantes possam se complementar em benefício de todos. Ainda assim, a diversidade de bases de conhecimento não pode ser tão grande que impeça um mínimo de homogeneidade para a turma. Assim, sem escolher apenas os “melhores” – conceito por si só questionável –, estabelecemos um filtro mínimo de conhecimento no processo seletivo. Essa eventual exclusão de alguns está amparada na certeza de que, dependendo do caso, a experiência do colégio pode ser negativa para o aluno, que precisaria de um outro perfil de escola.

Do ponto de vista da postura do estudante, temos duas outras premissas muito importantes. A primeira é a seguinte: ainda que tenha certas dificuldades acadêmicas, o aluno que pretenda estudar no _A_Z precisa ter o desejo de aprender, o desejo de querer gostar de estudar. Esse desejo pode ser intensificado, sem dúvida, mas seu despertar é anterior e exterior à escola. A oferta de recursos e ferramentas de aprendizado não faz sentido se não houver pré-disposição à aquisição de conhecimento.

A segunda premissa é o respeito às diferenças. O aluno típico do _A_Z é despido (ou quer se despir) de qualquer tipo de preconceito. Ele acredita na equidade de gênero, de raça, de religião, de orientação sexual e de escolha ideológica. Mais do que um mero discurso, essa postura se traduz em atitudes concretas e se estende para além dos muros da escola.

Em síntese, o Colégio_A_Z é um lugar para quem gosta de estudar – ou quer aprender a gostar – e deseja ter uma ação proativa na sociedade, a fim de torná-la mais justa e mais segura para todos.

deaz.com.br

Barra 1: Centro Comercial Américas, Av. Mal. Henrique Lott, 163 sala 301 / t. [21] 2434.7733

Barra 2: Centro Comercial Américas, Av. Mal. Henrique Lott, 163 loja 109 / t. [21] 2439.3057

Botafogo 1: Rua Dona Mariana, 125 / t. [21] 2527.0546

Botafogo 2: Rua Sorocaba, 587 / t. [21] 2527.2205

Ipanema: Rua Paul Redfern, 68 / t. [21] 2529.6799

Recreio: Estrada Benvindo de Novaes, 1880 – 3º andar / t. [21] 3411.6461

Tijuca: Rua Campos Sales, 135 / t. [21] 2569.3436